

Dr. Hermínio Duarte-Ramos
Director de *ELECTRICIDADE*

Alô Brasil!

A internacionalização saiu das intenções para o universo das concretizações. Com a inserção de Portugal na economia europeia seria de esperar a busca de mercados nesta nova comunidade do velho continente. Mas aí a agressividade empresarial é muito contundente. E os empresários portugueses, naturalmente, procuram outras ligações, mais afectuosas e menos exigentes de uma gestão demasiado sofisticada. África pode ser um espaço a explorar, mas ainda muito arriscado, devido à instabilidade das sociedades de expressão portuguesa aí existentes, em delicados confrontos internos (ainda que hoje se comece a excluir Moçambique desse primitivismo político). Surge, então, o Brasil com toda a sua pujança de grande país aos olhos dos estudiosos de mercados internacionais.

Ao mesmo tempo, concertam-se estratégias políticas de expansão económica, através da promoção da internacionalização. As linhas de apoio do PEDIP II são um exemplo no âmbito industrial entre 1995 e 1999, orientação que se irá certamente intensificar no próximo programa até 2006. Para além de outros apoios vocacionados, no âmbito dos incentivos do Estado ou da dinamização fiscal.

Neste objectivo contabilizam-se investimentos portugueses em terras "brasis" da ordem de 1300 milhões de contos só em 1999. A área das telecomunicações é a mais contemplada, em consequência da entrada da empresa Portugal Telecom na Telesp Celular de São Paulo, com 823 milhões de contos. Mas registam-se acções financeiras de outras empresas, como a EDP (a última notícia foi a participação numa central de co-geração em Pernambuco) e ainda a Cabelte (donde surgiram a Cabelte Fibras Ópticas e a Cabelauto Brasil).

Os diagnósticos reveladores das maiores oportunidades de negócio apontam como prioritários os estados brasileiros de Minas Gerais, São Paulo e Bahia, para onde se potenciam as

operações de internacionalização, à custa do investimento as PME industriais e mesmo outras formas de parceria. Daí poder-se-ão estender tentáculos para todo o mercado de falas latinas no continente americano, tendo em vista o imenso espaço do Mercosul.

Embora sejam visíveis assinaláveis apetências em diferentes sectores económicos, como instituições bancárias (CGD e Grupo Espírito Santo) ou empresas de distribuição alimentar (Sonae e Grupo Jerónimo Martins), não há dúvida que o sector eléctrico e electrónico se encontra motivado e empenhado numa implementação efectiva e credível no Brasil. Para além das comunicações, cada vez com maior ênfase na evolução tecnológica, exerce uma influência essencial no mundo moderno a estrutura básica das centrais de geração e redes de distribuição de energia eléctrica.

A actual onda mundial de privatização dos tradicionais monopólios do sector eléctrico, dentro do espírito de liberalização da economia em todos os seus segmentos, representa uma oportunidade de internacionalizar as relações institucionais que os portugueses não devem desperdiçar. De facto, vislumbra-se aqui um passo decisivo, aliás bem dado, para a construção de um planeta sistémico, no qual todos os povos estarão irmandados de interesses comuns. Para isso, será indispensável dispor de tecnologias globalizadoras, baseadas em redes, como já se verifica com a Internet ou das redes de interligação continental de gás e energia eléctrica. Mas, para ir mais longe na engenharia sistémica, há que criar uma economia sistémica antes de tudo.

Para mim, esta tendência deve generalizar-se. Quem for mais afoito dirá que se tem de passar à globalização política, para que haja um controlo harmonioso, à dimensão planetária dos múltiplos povos participantes no sistema global. Todavia, a descrença que tenho quanto ao actual sistema partidário, que está subjacente às democracias desses

povos, leva-me a restringir o desejo apenas à internacionalização dos conteúdos culturais, para que haja um fenómeno osmótico das diversidades e acabem os feudos anacrónicos deixados pelos despotismos de minorias dominantes.

Com isto quero dizer que está por fazer um enorme processo de aproximação entre portugueses e brasileiros a nível intelectual. Na prática, notam-se somente algumas interacções individuais, estabelecidas mais ou menos ao sabor do acaso. É um professor universitário que vai lá conferenciar sobre a influência das ideias na civilização, é um perfeito de sucesso que vem cá falar das suas soluções ambientalistas; verifica-se um intercâmbio restrito de artistas e escritores populares para abrilhantar uma determinada comemoração histórica (tudo folclore), ocorre um eventual encontro entre engenheiros numa conferência internacional por iniciativa pessoal e impulsionada por qualquer laivo de amizade.

Algo de profundo não existe. E tanto há por onde começar. Neste lugar, o desafio é para os engenheiros electrotécnicos. Numa época em que os empresários portugueses estabelecem parcerias no novo continente, vem a propósito acentuar a necessidade de institucionalizar cooperações específicas consideradas fundamentais ao melhor relacionamento profissional. Será que a Ordem dos Engenheiros percebe isso?

É claro que este benefício não se restringe à esfera associativa. Basicamente, até deve começar antes. Por exemplo, a terminologia electrotécnica padece da falta de um esforço de aproximação em tempo útil, quando os novos termos surgem (em geral a partir da língua inglesa). A fixação internacional pela CEI (Comissão Electrotécnica Internacional) do vocabulário electrotécnico na língua portuguesa apenas conta com as propostas levadas por Portugal, sem a mínima contribuição do Brasil. Não seria frutuoso que o IPQ (Instituto Português da

Qualidade) instituisse um acerto prévio?

Os livros que se publicam no espaço lusitano, sobretudo os de natureza científica e tecnológica, são completamente ignorados entre os engenheiros brasileiros. O desconhecimento é total no que respeita à edição de autores portugueses, principalmente lançados por editoras nacionais. Mas o mesmo acontece em relação a obras traduzidas, que grangearam grande prestígio no estrangeiro: apesar de serem vertidas em português com esmerada qualidade literária, por especialistas de elevada competência (contratados por editoras responsáveis, como a Fundação Calouste Gulbenkian ou a McGraw-Hill de Portugal), mal conseguem tocar o mercado brasileiro. Já alguma vez a APEL (Associação Portuguesa de Editores Livreiros) se apercebeu disso nas suas participações em feiras de livros no Brasil?

Neste aspecto, é evidente a total inexistência de sensibilidade do Ministério da Cultura. Não me parece que um filósofo, embora moderno, tente mudar o paradigma à difusão da literatura portuguesa, incluindo uma componente científica e tecnológica. Porém, choca-me muito que essa mudança não seja objecto do entendimento político, quando à frente do Governo está um engenheiro electrotécnico. Será que o Ministro da Ciência e Tecnologia, físico teórico para além do femto-universo das partículas materiais, descera um dia à realidade dos comunicantes em português para lhes permitir expandir no Brasil a ciência e tecnologia desenvolvida nas universidades portuguesas?

Aqui entronca o deficiente apoio à deslocação de investigadores para participação em conferências no outro lado do Atlântico. A fundação para a Ciência e Tecnologia não poderia conceber um programa adequado a esses importantes contactos?

São tantos os tópicos que o ânimo me quer envolver! Por reconhecimento de uma evidente inépcia total a nível política. Que confrange. **E**